

Ulysses é contra disputa no PMDB

Pretende evitar a luta entre Covas e Luiz Henrique pela liderança

O deputado Ulysses Guimarães já manifestou o seu desagrado com a disputa pela liderança na Assembleia Nacional Constituinte entre o deputado Luiz Henrique (SC), líder do PMDB na Câmara dos Deputados, e o senador Mário Covas, eleito com oito milhões de votos em São Paulo, no pleito de 15 de novembro do ano passado. Ulysses já anunciou a disposição de intervir para evitar o confronto indesejável para o partido.

Segundo um dos cardeais do PMDB, Ulysses estaria pensando em indicar o senador Fernando Henrique Cardoso para relator da Comissão de Sistematização, que se incumbirá, no final dos trabalhos das diferentes comissões da Constituinte, de dar unidade ao texto da nova Carta.

Quanto ao senador Mário Covas, acredita-se que ele se contentaria em substituir Cardoso na liderança da bancada do PMDB no Senado.

A DISPUTA

O senador Mário Covas começou a pedir votos a senadores e deputados do PMDB. Ontem, no restauro



rante do Senado, ele juntou-se à mesa onde almoçavam o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Miro Teixeira (RJ), primeiro vice-líder do PMDB.

— Sou candidato a líder da maioria na Constituinte e preciso de seu voto. Miro — disse Mário Covas.

— Nesta matéria, Mário, sou corporativista. Vou votar com o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, respondeu-lhe o deputado.

Miro elogia o senador Mário Covas, classificando-o de um dos grandes quadros do partido, um político de grande expressão. O deputado, porém acha que o Luiz Henrique foi consagrado com uma grande votação para líder da bancada do PMDB na Câmara, sendo o candidato natural para exercer a liderança da maioria na Assembleia.

O senador Mário Covas também pediu votos ao deputado Cid Carvalho, seu antigo companheiro do ex-

tinto MDB. Cid respondeu que não estaria em condições de abandonar o líder Luiz Henrique, embora só tenha votado nele para o cargo, na disputa da bancada, no segundo escrutínio (no primeiro, votou o deputado mineiro, Milton Reis).

— Então, nós escolhemos um líder para a Câmara por maioria absoluta e depois jogamos este líder na lata do lixo? E preciso lembrar que somos 479 deputados e o Mário representa 72 senadores — disse Cid Carvalho, lamentando que sua preferência por Luiz Henrique acabe preterindo "um político e companheiro da importância do Covas".

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) considera inconveniente a disputa, não apenas pela expressão dos dois concorrentes, como pelo inconveniente de colocar deputados e senadores em campos opostos. Numa análise da disputa, Brito observa que, se Covas ganhasse, Luiz Henrique teria de renunciar à liderança que conquistou com votação consagrada.

— E se o Mário Covas perder, ele que é um grande quadro do partido? — indagou o deputado gaúcho.



Covas quer ser líder na Constituinte mas Luiz Henrique também disputa



Esquerdas unidas na defesa da soberania

Substitutivo recebe novas 500 emendas

Mais de 500 emendas foram apresentadas ontem ao substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno da Constituinte. O senador deve apresentar novo substitutivo hoje, que pode começar a ser votado à noite ou amanhã. Em entrevista, Fernando Henrique informou que explicará melhor o funcionamento da Comissão de Sistematização e disse que a alteração no número de constituintes para a apresentação de requerimentos dependerá de entendimentos entre os partidos. Quanto à questão dos projetos de decisões, que afirmam a soberania da Assembleia, o senador disse não pretender promover mudanças no texto, pois este foi "fruto de um acordo", mas prometeu conversar sobre o assunto com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA).

— Os projetos de decisões permitem sobrestar medidas que possam impedir o funcionamento da Constituinte. Tem que haver um controle. Se não pudermos isso, não estaremos podendo nada. Eles não destinam-se a revogar a atual Constituição. Estão fazendo tempestade em copo d'água — declarou Fernando Henrique.

O relator disse que está fora de cogitação a redução do quorum exigido para a apresentação de projetos de decisões — um terço dos constituintes —, e que não alterará suas propostas para o funcionamento da Câmara e do Senado e para a iniciativa popular de emenda. Disse ainda, que não aceitará a idéia de criação de uma comissão destinada a tratar das disposições transitórias.

— Não vou criar um fórum para discussão do mandato do presidente Sarney antes do tempo. Sou líder do governo, e não entendo como o PFL propôs isso.

As emendas tratam, entre outros pontos, da fixação do subsídio do constituinte, da oportunidade igual para todos os líderes, da criação dos líderes da maioria e da minoria, e dos requerimentos de informações ao governo.

A votação do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto do Regimento Interno começará com o recebimento, pela Mesa, dos pedidos de destaque para a votação em separado das emendas.

Esquerdas unidas na defesa da soberania

"Os partidos progressistas apoiam a tese da soberania e se unirão a nós para impedir que ela seja derrotada". Esta convicção foi manifestada no final da tarde de ontem pelo deputado Antônio Brito, um dos líderes do grupo Pró-Soberania, após intensos contatos que incluíram desde o relator do regimento, senador Fernando Henrique Cardoso, até lideranças do PFL, PDT e PT.

Os esforços do parlamentar gaúcho parecem ter dado certo: no início da noite, depois de reunir-se com representantes do PSB e do PDC para firmar um documento comum de reivindicações regimentais, o líder pedetista, Brandão Montello, já admitia que os progressistas aceitam negociar para impedir que a soberania seja excluída do regimento.

A maior preocupação dos partidos de esquerda, no momento, é garantir a expressão da parte final do § 7º do artigo 58 do substitutivo, que determina o arquivamento dos projetos de decisão que não forem aprovados pela maioria absoluta da Comissão de Sistematização. O dispositivo, atribuído ao deputado Ulysses Guimarães, praticamente veda a possibilidade de os pequenos partidos terem suas propostas discutidas pelo plenário, já que o PMDB deve ter maioria na Comissão.

E justamente este ponto que está complicando as negociações em torno do regimento. A exigência de quorum de 1/3 para apresentação de projetos de decisão, que provocou as primeiras restrições ao substitutivo Fernando Henrique Cardoso, já estava ontem praticamente superada, com a concordância dos pequenos partidos em negociarem uma fórmula intermediária.

"Matérias desta importância têm que ter apolamento significativo", lembrou o deputado Antônio Brito em seus encontros com os partidos de esquerda. Ele procurou demonstrar tranquilidade quanto à aprovação do artigo 58 do substitutivo, argumentando que os progressistas não deixarão que se perca o principal (a soberania).

De qualquer forma, no final do dia, partidos como o PDT, o PSB e o PDC, que reivindicavam a eliminação de qualquer exigência para a apresentação de projetos de decisão, já admitiam a limitação do quorum mínimo de 56 constituintes para iniciativas desta ordem.

OPOSTOS

O conservador deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) procurou ontem o comunista deputado Roberto Freire (PCB-PE) e, em conversa ao pé do ouvido, debateram ambas as partes a soberania da Constituinte. A tarde, em meio ao tiroteio de críticas ao senador Fernando Henrique Cardoso, Bonifácio de Andrada subiu à tribuna, apoiado na bengala que o acompanha há alguns meses, em consequência de um acidente de carro, justamente para defender o relator do substitutivo e a soberania da Constituinte.

"Somos soberanos, quer queiram ou não. E é bom que se enfatize esta soberania, para que o povo compreenda o significado da Assembleia Nacional Constituinte na realização de uma nova etapa democrática nos campos político, social e econômico", afirmou o deputado, discordando do discurso do líder de seu partido, deputado Amaral Netto (PDS-RJ).

Candidatos já estão em campanha

No gabinete da liderança do PMDB, o deputado Luiz Henrique, depois de várias horas de reunião, informava que os coordenadores de bancadas apoiaram, por unanimidade, seu nome para a liderança do partido na Constituinte. Numa sala da Comissão de Relações Exteriores, Mário Covas promovia mais uma reunião com parlamentares peemedebistas, a maioria descontente com o forte esquema de poder montado pelo deputado Ulysses Guimarães, e desejosa de encontrar no senador mais votado da República o instrumento de sua independência na Assembleia Nacional Constituinte.

A candidatura de Mário Covas está lançada. Segundo alguns dos parlamentares que participaram do encontro, ontem, com o senador paulista, empurrada por "todos aqueles que entendem que a Constituinte deve ser independente, que a Constituição não deve ser obra exclusiva de um grupo de poder".

Da reunião com o ex-prefeito de São Paulo, participaram cerca de 30 peemedebistas, entre eles alguns marginalizados dentro do partido, como Cristina Tavares, que votou e fez campanha para Fernando Lyra, na disputa pela liderança da Câmara. Esta-

vam também presentes Hélio Duque (PR) Domingos Leonelli (BA) Hermes Zanetti (RS), Ademir Andrade (PA), terão amanhã um encontro com Luiz Henrique.

Os articuladores da candidatura de Mário Covas para a liderança do PMDB na Constituinte entendem que tanto Luiz Henrique, quanto Fernando Henrique Cardoso, fazem parte do que eles chamam de "panela do Ulysses, onde se decide tudo".

E o que afirma, com todas as palavras, o deputado Del Bosco Amaral, para quem, "se continuarmos assim, não teremos a Constituinte do povo brasileiro, mas a Constituinte do doutor Ulysses Guimarães". E conclui: "Se pretendem fazer a Constituinte do PMDB, ou de um setor do PMDB, estarão cometendo um grave crime contra a sociedade".

Ele, como outros, sabe que a questão, contudo, é mais complicada. Observa que "estou vendo uma clara tentativa de esvaziar o Mário Covas, porque muita gente percebe que é um perigo um homem como ele, com seu prestígio, com a votação que obteve, ganhar projeção dentro da Constituinte". Del Bosco refere-se, no caso, à disputa para

presidente da República.

Mas o que se coloca no momento, durante as discussões sobre a liderança do PMDB na Constituinte, é a unidade do partido. Foi em nome dessa unidade que os coordenadores de bancadas decidiram ontem, depois de se reunirem com Ulysses Guimarães, apoiar o nome de Luiz Henrique, ou o dele e o do líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que funcionariam alternadamente como líderes da Constituinte.

E preciso, contudo, evitar a disputa. E a idéia que tem surgido com mais força é a de se utilizar o Regimento Interno da Constituinte: nele, um artigo dirá que os líderes na Constituinte serão aqueles eleitos pelos partidos para liderar as bancadas. No caso do PMDB: Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso.

Ontem, o líder do PMDB na Câmara disse que se Mário Covas for realmente candidato, "nós vamos disputar". Mas o deputado Maurillo Ferreira Lima afirmou ter ouvido dele que, se perder, renuncia a função de líder na Câmara, porque, então, seria líder de apenas um gabinete e um carro, já que a Câmara funcionará apenas extraordinariamente.



Coordenadores de bancadas do PMDB dão apoio ao líder Luiz Henrique

Pontos polêmicos do projeto de regimento

RITA NARDELLI Da Editoria de Política

A possibilidade de a Constituinte aprovar projetos de decisões, para suspender medidas que ameacem os seus trabalhos, o número de constituintes exigido para a apresentação de uma série de requerimentos e as atribuições da Comissão de Sistematização são os três itens mais polêmicos do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno da Assembleia. A maioria das emendas apresentadas tenta alterar a proposta do relator nestes itens.

De acordo com o substitutivo, "os projetos de decisões destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições...". E requerido o apolamento de um terço dos constituintes. As proposições serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização, cabendo no plenário, em dois turnos de discussão e votação, decidir sobre elas por maioria absoluta. Na hipótese de o projeto de decisão receber parecer contrário da comissão, será arquivado definitivamente.

O texto sobre os projetos de decisões foi negociado pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, com o grupo Pró-Soberania do PMDB. Ele permitia à Constituinte, por exemplo, suspender a aplicação de medidas de emergência. Fruto de um entendimento dentro do PMDB, o dispositivo sobre esses projetos não foi bem aceito em seu princípio pelo PFL e o PDS, e recebeu críticas dos pequenos partidos, na parte em que exige o apolamento de um terço dos constituintes e naquela em que prevê o arquivamento definitivo na hipótese de parecer contrário.

Muitas emendas tratam desse item. O PFL apresentou duas, uma suprimindo o artigo, argumentando que a adoção dos projetos de decisões poderia servir para, "ensejando ações atípicas e divorciadas do principal objetivo da Assembleia — fazer a Constituição que todo o povo brasileiro anseia ver rápido promulgada —, prejudicar seu funcionamento". Na outra, altera a redação esclarecendo que projeto de decisão destina-se a salvaguardar a Constituinte "face à superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça seu funcionamento".

O PDS pretende acabar com a possibilidade de a Constituinte aprovar projetos de decisões — assim como o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — por considerar que com o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso, a Assembleia não deve "querer absorver suas competências constitucionais". Ainda em relação à soberania, o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), sugere que seja suprimido do preâmbulo redigido por Fernando Henrique o que qualifica de "esboço histórico" — referências ao fim do regime autoritário, à campanha das diretas já e à eleição de Tancredo Neves e Sarney.

A redução do número de constituintes exigido para a apresentação de requerimentos e questão que une os pequenos partidos contra o PMDB. Outro item bastante polêmico é a Comissão de Sistematização. A proposta do relator é criticada por considerar muito poder ao órgão. O PDS quer retirar de suas atribuições a tarefa de elaborar as normas gerais, as disposições transitórias e finais, não aceita que a Comissão apresente substitutivo e nem que altere o texto das comissões temáticas.

Calmon quer plenário de 2ª a sábado

"A Constituinte não pode frustrar o povo brasileiro, que espera para o mais breve espaço de tempo possível uma nova Carta, justa e democrática", afirmou ontem o senador João Calmon (PMDB-ES) ao apresentar emenda propondo que a Assembleia Nacional Constituinte reúna-se também às segundas-feiras e aos sábados. A emenda apresentada pelo senador ao Projeto de Resolução nº 2, que define o regimento interno da Constituinte, visa acelerar os trabalhos dos parlamentares.

De acordo com o artigo 33 do projeto — elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso a partir de propostas dos parlamentares e de um esboço por ele mesmo preparado — a Constituinte terá sessões de terça a sexta-feira somente. Ainda assim, nas sextas-feiras as sessões ocorreriam apenas pela manhã, deixando espaço à tarde para os constituintes viajarem a seus Estados e Territórios. O senador Calmon não concorda com esse horário, que considera muito curto. "Assim a Constituição não estará pronta este ano", desabafa o senador.